

Os EUA contra George W. Bush?

Categories : [Rafael Corrêa](#)

Seguindo uma tendência que parece ganhar forças a cada dia, mais e mais políticos dos Estados Unidos estão enfrentando de maneira crítica a política ambiental da administração do Sr. George W. Bush, para adotar medidas autônomas de redução das emissões de gases de efeito estufa. Embora tenham recentemente perdido uma batalha judicial, [na qual tentavam compelir a EPA \(Environmental Protection Agency\) a regular as emissões desses gases](#), governadores e prefeitos não desanimaram e decidiram levar adiante seus planos de um futuro melhor.

No último mês de junho, foi assinado, pela Conferência de Prefeitos dos Estados Unidos, o Acordo Entre Prefeitos para a Proteção do Clima, com o qual se espera atingir — ou superar —, em nível municipal, as metas estabelecidas por Kyoto. Para isso, investirão em reflorestamento, contenção da expansão urbana, desenvolvimento de novas tecnologias mais limpas e educação ambiental. Até o último dia 15 de agosto, 173 prefeitos haviam assinado o documento, um número que, espera-se, deve aumentar, já que se trata de um esforço conjunto, que não prevê qualquer punição para aquelas cidades ou administrações que não atingirem os números de redução esperados.

Segundo dados apresentados pela empresa britânica de consultoria The Climate Group, 17 prefeitos dos EUA já reduziram suas taxas de emissão para níveis inferiores aos de 1990, economizando cerca de US\$ 660 milhões com medidas para melhorar a eficiência de suas matrizes energéticas e de seus parques industriais. “Devemos entender que a preocupação com o clima é financeiramente uma vantagem competitiva, não um ônus”, afirmou o diretor do The Climate Group, Steve Howard.

Em outra frente, nove estados da região noroeste dos EUA estão elaborando um acordo — cujos termos exatos ainda são confidenciais —, para reduzir as emissões de dióxido de carbono nas usinas de geração de energia elétrica a 10% abaixo dos níveis atuais até o ano 2020, conforme noticiou o New York Times do último dia 24.

Ao que tudo indica, a proposta a ser implantada — inicialmente nos estados de Connecticut, Delaware, Maine, Massachusetts, New Hampshire, New Jersey, New York, Rhode Island e Vermont — deverá, em um primeiro estágio, congelar os níveis máximos de emissão em mais de 600 usinas destes estados na média dos últimos cinco anos, ou seja, em torno de 150 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano no total. Cada estado deverá ter um limite próprio, sendo que New York, com 65,5 milhões de toneladas, teria o limite mais elevado e Vermont, com 1,35 milhão, o mais baixo. Os limites deverão entrar em vigor em 2009 e permanecer até 2015, quando deverão ser obrigatórias reduções até se atingir a meta delineada para 2020.

Espera-se que a iniciativa seja seguida por outros estados, o que significaria uma grande pressão

no Senado para aprovar diretrizes de âmbito nacional. Califórnia, Washington e Oregon são outros estados que já deram os primeiros passos na mesma direção de seus vizinhos, e devem formalizar um acordo regional semelhante. O noroeste dos EUA é uma região com emissões de dióxido de carbono altíssimas, consideradas equivalentes às da Alemanha.

O presidente da *Independent Power Producers* de New York afirma que atingir os limites estabelecidos na proposta deverá ser muito difícil para as usinas do estado, ainda mais diante da recente elevação do preço do petróleo. Segundo ele, é preciso garantir que os estados que sejam obrigados a obedecer aos limites não fiquem em desvantagem competitiva diante dos demais estados, com emissões “ilimitadas”.

Mas uma parte do acordo que ainda não está finalizada é sobre a possibilidade das empresas que não atingirem seus limites máximos de emissão venderem crédito a outras companhias, que tenham extrapolado tais limites, em um sistema semelhante ao mercado de carbono criado por Kyoto. Desta forma, as emissões totais seriam controladas ao mesmo tempo em que a competitividade das empresas seria preservada.

Outro ponto que já vem criando polêmica é a elevação das tarifas de energia elétrica nos estados onde a redução for obrigatória. Mas especialistas afirmam, segundo o NYT, que este revés do projeto será superado com subsídios e o apoio dado ao desenvolvimento de novas tecnologias, que seria pago com a venda de créditos de emissões.

Se tais alternativas serão postas em prática ou não, e em que nível elas contribuirão para a efetiva diminuição das emissões dos gases de efeito estufa, permanece, por hora, um mistério. Mas o que elas representam é algo muito maior. Elas são a prova viva de que os Estados Unidos não podem ser confundidos com o seu atual governo; de que George W. Bush, assim como muitos outros antes e depois dele, não ocupará seu cargo para sempre; e de que, quando alguém mais esclarecido vier a sucedê-lo, não encontrará um país ainda atrelado a conceitos da Idade Média em termos ambientais.